Ensaio

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO BULLYING HOMOFÓBICO NO AMBIENTE ESCOLAR

Strategies for addressing homophobic bullying in the school environment

Mailson Moreira dos Santos Gama[1]

[1]Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Licenciatura em História. Especialista em Metodologia do Ensino de História e História do Brasil (Faculdade Intervale) e em Educação Inclusiva e Especial, com ênfase no Atendimento Educacional Especializado (AEE) pelo Instituto Mineiro de Educação Superior (IMES).
E-mail: mailsongama50@gmail.com

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação

de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 4 n. 1, 2025.

educacaoemcontexto@seduc.go.gov.br

Recebido em: 12/02/2025

Aprovado em: 23/05/2025

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15723440

Resumo

O ensaio aborda a questão do *bullying* homofóbico nas escolas, destacando-o como uma manifestação significativa de opressão que afeta a inclusão e o bem-estar dos alunos. O objetivo do estudo é refletir sobre o *bullying* homofóbico, suas diferentes formas de manifestação, além de propor soluções e estratégias para superá-lo no ambiente escolar. A metodologia empregada inclui uma revisão da literatura existente sobre o tema e a análise de práticas pedagógicas que podem ser adotadas para criar um ambiente escolar mais inclusivo e seguro para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. As considerações finais ressaltam a importância de uma abordagem multifacetada e o papel crucial dos educadores na promoção de uma cultura de respeito e diversidade. Por fim, conclui-se que somente mediante um compromisso coletivo entre gestores escolares, professores e a comunidade escolar será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que a educação atua como ferramenta de transformação social.

Palavras - chave: *Bullying* homofóbico. Estratégias de enfrentamento. Ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

A expressão "*bullying* homofóbico" tem sido utilizada como um termo discursivo para explicar processos de preconceito, discriminação e violência homofóbica no ambiente escolar (Monk, 2012; Pascoe, 2013 *apud* Santos; Silva; Menezes, 2017, p. 119). Na literatura, o *bullying* é geralmente definido como uma forma de violência entre pares, caracterizada pela intencionalidade de causar dano, pela repetição das agressões e por um desequilíbrio de poder entre os envolvidos (Furlong *et al*., 2010). Quando associado à homofobia, o *bullying* é direcionado contra aqueles que não seguem — ou são percebidos como não seguindo — normas de desejo, identidade, estilo de vida ou práticas afetivas e/ou sexuais de caráter heterossexual (Santos; Silva; Menezes, 2017, p. 119).

É importante destacar que o comportamento de *bullying* homofóbico pode ser dirigido tanto a pessoas heterossexuais quanto a pessoas LGBTQIAPN+. Isso significa que estudantes heterossexuais também podem ser vítimas de homofobia, não devido à sua orientação sexual, mas porque são percebidos como diferentes das expectativas tradicionais associadas aos papéis de gênero masculino ou feminino (Poteat; Espelage, 2005).

A escola, como instituição política, muitas vezes reflete as complexas relações de poder presentes na sociedade. Embora possa se constituir como um espaço privilegiado para a formação cidadã e tenha avançado na inclusão de diferentes etnias, línguas e pessoas com deficiência, é inegável que as minorias sexuais ainda enfrentam preconceito e discriminação no ambiente escolar (Albuquerque; Williams, 2015).

Este ensaio, embasado na literatura existente, vai além do debate sobre o *bullying* homofóbico, abordando a gravidade desse problema, suas diversas manifestações, e apresentando reflexões e soluções práticas para enfrentar e superar essas práticas no ambiente escolar. O *bullying* homofóbico, uma manifestação insidiosa de opressão, pode se expressar de diferentes formas, desde sujeição e ofensas até agressões físicas (Martins *et al*., 2020). Além de discutir essas questões, destaca a importância de estratégias para superar essas práticas e enfatiza o papel crucial dos educadores em cultivar relações dialógicas, reconhecendo a importância de cada indivíduo na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa (Braz; Gomes, 2020).

A justificativa para abordar a violência homofóbica nas escolas reside na necessidade urgente de transformar esses espaços em locais de respeito mútuo e igualdade, onde todos os estudantes possam se desenvolver plenamente, sem medo de represálias ou exclusão. Compreender e combater a violência homofóbica é, portanto, uma questão de justiça social e de promoção de uma educação verdadeiramente libertadora, que reconhece e valoriza a diversidade em todas as suas formas. Nesse sentido, ao examinar e analisar as melhores abordagens para lidar com o *bullying* homofóbico, este ensaio contribuirá para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso.

Panorama da homofobia nas instituições de ensino brasileiras

A violência na escola, especialmente, a violência homofóbica, não é um fenômeno isolado, mas um reflexo das tensões e discriminações presentes na sociedade em geral. Essa questão é particularmente relevante, pois a escola, enquanto espaço de formação e socialização, deve ser um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes. No entanto, quando práticas homofóbicas são permitidas ou ignoradas, a escola falha em seu papel educativo e social.

Apesar de a discriminação contra pessoas LGBTQIAN+ constituir crime no Brasil e de haver dispositivos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB), que afirmam a educação como um direito universal, a realidade nas escolas brasileiras ainda revela uma complexa teia de desigualdades estruturais. Embora iniciativas governamentais, como o programa Brasil Sem Homofobia, busquem promover a inclusão e o respeito à diversidade, ainda há um longo caminho a percorrer.

A homofobia nas escolas brasileiras permanece um problema significativo, comprometendo o ambiente de aprendizagem e perpetuando a marginalização dos estudantes LGBTQIAPN+, que frequentemente enfrentam discriminação e exclusão. Essa realidade torna-se ainda mais evidente, ao analisarmos dados e pesquisas sobre a violência contra a população LGBTQIAPN+ em instituições de ensino.

De acordo com o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, em 2023, foram registradas 195 denúncias de violência contra a população LGBTQIAPN+ em instituições de ensino, totalizando 935 denúncias de direitos humanos no geral. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás apresentaram os maiores números de denúncias, enquanto Paraíba, Piauí e Rondônia registraram os menores. No entanto, é importante observar que esses dados não refletem a realidade, pois muitas situações de violência não são denunciadas.

Além disso, a variação nas denúncias entre os estados pode refletir diferenças na percepção e no acesso aos canais de denúncia, bem como em níveis de conscientização e visibilidade sobre a questão. Contudo, o aumento no número de denúncias, em comparação com anos anteriores, indica que mais vítimas estão buscando apoio e que há uma crescente conscientização sobre a necessidade de enfrentar e erradicar a homofobia nas escolas.

Dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), vinculado ao Ministério da Educação, indicam oscilações significativas nas ações voltadas ao enfrentamento do machismo e a homofobia nas escolas ao longo dos anos. Em 2011, 34,7% das instituições de ensino brasileiras relataram ter iniciativas voltadas para o combate a essas formas de preconceito. Esse percentual aumentou para 43,7% em 2017, mas sofreu uma queda expressiva, chegando a apenas 25,5% em 2021. Esse declínio indica que três em cada quatro escolas no país não implementam ações específicas para enfrentar o machismo e a homofobia.

A problemática também pode ser compreendida sob a perspectiva da transfobia. Um levantamento realizado pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, em 2017, revelou que 82% dos adolescentes e jovens transexuais abandonam o ensino médio entre 14 e 18 anos, um dado alarmante, que evidencia a ausência de suporte institucional e a exclusão vivenciada no ambiente escolar, agravadas pela recorrência da transfobia nas relações educativas.

Em 2023, o cenário continuou revelando retrocessos significativos. Segundo um levantamento do Todos Pela Educação, o número de escolas públicas com projetos destinados ao combate ao racismo, machismo e homofobia atingiu o menor índice da última década. A pesquisa indica que apenas um quarto dessas instituições possui iniciativas focadas na prevenção desses preconceitos, evidenciando a necessidade urgente de mais ações voltadas ao enfrentamento dessas formas de discriminação e políticas inclusivas.

Em suma, é crucial que sejam adotadas medidas mais concretas e consistentes para enfrentar a homofobia nas escolas. Isso inclui não apenas a implementação de políticas inclusivas e a promoção de campanhas de conscientização, mas também o fortalecimento dos canais de denúncia e o apoio direto aos estudantes que enfrentam discriminação. A criação de um ambiente escolar acolhedor e seguro é essencial para garantir

que todos os alunos, independentemente de sua identidade sexual ou de gênero, possam ter acesso a uma educação de qualidade e livre de preconceitos.

O papel do professor no enfrentamento da homofobia

Partindo dos pressupostos freireanos, a práxis se refere a uma ação fundamentada pela teoria que busca a transformação e a libertação (Carvalho; Pio, 2017). Paulo Freire, patrono da educação brasileira, oferece perspectivas valiosas para abordar questões da sociedade contemporânea, ao definir a educação como "ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo" (Freire, 2013, p. 52). Nesse sentido, a educação libertadora vai além do simples fornecimento de conteúdo acadêmico; ela é um processo de conscientização e empoderamento. Por meio dessa abordagem, é possível desafiar estruturas de poder e criar espaços onde todas as formas de identidade, sexualidade e expressão sejam respeitadas e valorizadas.

A escola, enquanto espaço de formação humana, deveria ser um ambiente de acolhimento, diálogo e emancipação. No entanto, para muitos estudantes LGBTQIAPN+, ela se torna um lugar de dor e exclusão. O *bullying* homofóbico, presente em práticas discriminatórias cotidianas, compromete a permanência desses sujeitos no espaço escolar, mas também a sua dignidade. Inspirado pela pedagogia libertadora de Paulo Freire, compreende-se que a superação dessa violência passa por uma educação que reconheça as diferentes formas de opressão e promova a conscientização crítica dos sujeitos. Freire (2013, p. 68) nos ensina que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" — e, nesse mundo, o enfrentamento à homofobia deve ser parte do currículo vivo e engajado.

Educação é práxis, especialmente quando entendida como uma práxis libertadora, que supera o dualismo entre ação e reflexão. Essa práxis se configura como uma atividade prática orientada pela teoria e voltada para a transformação da realidade, com o objetivo de libertar o ser humano. Uma práxis autêntica promove, cria, forma e transforma a essência humana, contribuindo para o processo histórico de promoção da humanidade. Quando falamos de uma práxis revolucionária, do diálogo com os oprimidos, visando reconhecer os seres humanos como buscadores constantes de sua plenitude. Finalmente, uma práxis verdadeira revela o caráter criativo e auto produtivo da práxis humana, destacando a capacidade dos indivíduos de moldar e recriar suas próprias vidas e o mundo ao seu redor (Carvalho; Pio, 2017, p. 443).

Ao educador não cabe apenas disciplinar a entrada no mundo dos educandos, mas também limitar-se a imitar e ordenar o que já ocorre espontaneamente, acumulando os educandos com conteúdos e realizando depósitos de "comunicados" — um saber falso que ele considera verdadeiro saber (Freire, 2013, p. 88). No entanto, à medida que "os oprimidos desvelam o mundo da opressão, eles se comprometem com a práxis voltada para sua transformação" (Freire, 2013, p. 57). É essencial que os educandos se sintam sujeitos de seu próprio pensamento, discutindo suas ideias e visões de mundo, manifestadas implicitamente ou explicitamente nas sugestões e contribuições de seus companheiros (Freire, 2013).

Contudo, em uma sociedade patriarcal, heteronormativa e machista, as subjetividades, identidades e individualidades podem ser negadas em nome de valores historicamente construídos, que frequentemente são perpetuados no espaço escolar e nas relações educacionais. Como educadores, é crucial questionarmos nosso papel na mudança necessária e urgente desse quadro (Motta, 2020, p. 110).

As opções políticas dos educadores se manifestam em suas ações, princípios e métodos empregados. Uma práxis que se articula com a revolução e promove profundas e radicais transformações dá ênfase à ação dialógica e política junto às massas populares, visando sua conscientização e inserção crítica na realidade. Essa práxis deve ser verdadeiramente criativa, oferecendo aos indivíduos oportunidades contínuas de renovação em suas vidas, práticas sociais, produtivas, educativas e políticas. Em suma, é a possibilidade de novas aprendizagens e invenções, permitindo que os sujeitos se reconheçam como protagonistas da história (Carvalho; Pio, 2017).

A escola deve exercer um papel proativo na enfrentamento da homofobia e outras formas de discriminação, promovendo uma cultura de inclusão e aceitação. À medida que a sociedade busca se tornar mais justa e igualitária, a educação deve estar na vanguarda desse processo, preparando os jovens para atuarem como agentes de transformação social e promotores de um convívio mais empático e democrático.

Em suma, a educação libertadora pode ser vista como uma ferramenta no enfrentamento da homofobia e outras formas de discriminação. Somente por meio de um compromisso coletivo com a diversidade, a equidade e a justiça podemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todos tenham a liberdade de serem quem são, sem medo de represálias ou discriminação. Carvalho e Pio (2017) destacam que os educadores devem compreender a educação em relação à realidade social do ser humano, colocando-a a serviço do processo de humanização, desmascarando, desmistificando e revelando a realidade. Assim, a defesa de uma educação comprometida politicamente com as massas populares é fundamental para promover uma sociedade igualitária.

Estratégias para enfrentamento ao *bullying* homofóbico nas escolas

A escola, enquanto espaço de formação integral, deve assumir um papel ativo na promoção do respeito à diversidade e na construção de uma cultura de paz. No entanto, ainda se configura como um ambiente onde ocorrem múltiplas formas de violência. Seus participantes "vivenciam práticas subversivas que deixam marcas e sequelas em suas vidas, incluindo constrangimento, exposições vexatórias, ameaças, provocações, intimidações e violência física e psicológica" (Ferreira; Oliveira Junior; Higarashi, 2024, p. 2).

O *bullying*, expressão latente da violência escolar, tem sido objeto de estudos devido a sua influência na qualidade de vida dos envolvidos e pelos danos causados à saúde física e psicológica. "As consequências desse fenômeno se traduzem em sérios problemas psicológicos entre os adolescentes escolares, como traumas, depressão, síndrome do pânico e até suicídio" (Ferreira; Oliveira Junior; Higarashi, 2024, p. 6).

As emoções, sentimentos negativos e a dor psíquica causadas pelo *bullying* destroem a esperança de uma sobrevivência digna, colocam os jovens em dúvidas acerca de suas potencialidades e afetam relações interpessoais, fazendo com que a vítima se torne cada vez mais reclusa. Os resultados desse sofrimento se traduzem no desinteresse pelas atividades escolares, na desmotivação e na queda do rendimento, fatores que tendem a impulsioná-los ao fracasso, ao abandono e à evasão escolar, conforme relatos (Ferreira; Oliveira Junior, Higarashi, 2024, p. 6).

Em um artigo publicado, Martins *et al.* (2020) propuseram estratégias para enfrentamento ao *bullying* homofóbico nas escolas:

a) respeitar todos os sujeitos independentemente de cor, raça, orientação sexual ou identidade de gênero;

b) avaliar os materiais didáticos presentes nas bibliotecas e salas de aulas, para que se evite a cristalização da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero;
c) buscar informar-se sempre sobre os verdadeiros números da violência praticada contra todos os sujeitos em processo ensino aprendizagem, inclusive LGBT+;
d) desenvolver oficinas específicas sobre a invisibilidade LGBT+;
e) promover a visibilidade das sexualidades minoritárias;
f) não se deixar coagir, mas não permitir que outros sujeitos sejam violentados no espaço de sala de aula; e
g) trazer as famílias para o debate.

Compreende-se assim, que a comunidade escolar tem um papel importante na luta contra a intolerância. Ela deve propagar o entendimento de que a igualdade de gays e lésbicas é responsabilidade de todos. Nos cursos e nas apostilas, a homossexualidade e a bissexualidade devem ser apresentadas como manifestações tão legítimas e plenas quanto a heterossexualidade. Além disso, faz-se necessária uma melhor inclusão da ideia de diversidade sexual, bem como da importância dos valores de igualdade e não-discriminação de homossexuais, na formação de profissionais que lidam com determinados aspectos da vida privada dos cidadãos, em particular com sua sexualidade (Borrillo, 2009, p. 44).

Outrossim, a presença de professores/as trans e/ou não binários/as nas escolas brasileiras se torna fundamental, tanto para a aproximação de realidades que permitam o convívio com a diversidade, quanto para permitir que estudantes se identifiquem com outros referenciais, diferentes dos tradicionais vinculados à prostituição compulsória e exclusão social (Reidel, 2013 *apud* Nery; Gaspodi, 2015, p. 73).

Da mesma forma, não se pode negar que há desafios significativos. Em um estudo realizado por César Silva e Elvira Barreto, que teve como objetivo investigar a percepção das alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em duas instituições de ensino público municipal de Arapiraca sobre o *bullying* homofóbico, os autores concluíram que , embora os professores demonstrem disposição para receber formação específica sobre o tema, um dos principais obstáculos para o enfrentamento da homofobia é a ausência de um projeto no plano político-pedagógico das escolas envolvidas que possibilite ações concretas para o combate à homofobia (Silva; Barreto, 2016).

Além disso, ficou evidente que a falta de material didático voltado para questões de gênero, diversidade sexual e combate ao *bullying* homofóbico é vista como uma preocupação secundária, o que dificulta ainda mais o debate sobre o tema. Outro ponto observado foi que, embora existam professores dispostos a trabalhar o tema e que se esforçam nesse sentido, eles frequentemente se sentem isolados e sem apoio de demais colegas. Além disso, há uma evidente carência de suporte teórico e metodológico para abordar essa temática em sala de aula (Silva; Barreto, 2016).

Por fim, para enfrentar efetivamente a homofobia nas escolas, é essencial implementar estratégias abrangentes que não só promovam a denúncia e ofereçam suporte às vítimas, mas também eduquem toda a comunidade escolar sobre a importância do respeito e da inclusão. Políticas públicas e iniciativas de formação continuada para professores e gestores escolares são fundamentais para criar um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Diante disso, é importante ressaltar que o combate à homofobia no ambiente escolar não deve ser responsabilidade apenas dos estudantes LGBT-

QIA+ e suas famílias, mas também dos professores e demais profissionais envolvidos na educação. É fundamental investir em políticas públicas que promovam a formação continuada dos educadores, com enfoque na diversidade sexual e de gênero, visando prepará-los para lidar de forma adequada e acolhedora com as demandas e realidades dos estudantes LGBTQIA+ (Da Silva *et al.*, 2024, p. 15).

Educar é também sensibilizar para a alteridade no contato com as múltiplas formas de ser no mundo. É a partir deste enriquecimento da diversidade que nos descobrimos e nos situamos (Nery; Gaspodi, 2015, p. 73). Como educadores, temos o poder e a responsabilidade de criar um ambiente escolar em que todos os alunos se sintam valorizados, respeitados e seguros para serem autênticos. Somente por meio desse compromisso coletivo com a diversidade e a inclusão que podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Destarte, como observam Albuquerque e Williams (2015), é essencial que os profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem estejam atentos a esses sinais, pois as vítimas muitas vezes se sentem culpadas por não se enquadrarem nos padrões hegemônicos, contribuindo para a perpetuação desse fenômeno nas escolas. Os padrões ideológicos enraizados no preconceito, muitas vezes sustentados por instituições como a igreja e organizações pseudomoralistas, culpabilizam as minorias, reforçando a exclusão.

Por conseguinte, o papel dos professores no combate ao *bullying* homofóbico é fundamental. Como educadores, temos a responsabilidade de criar um ambiente escolar inclusivo e seguro para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. É imprescindível que estejamos preparados para identificar, considerar e intervir em situações de *bullying* homofóbico, promovendo uma cultura de respeito e diversidade dentro e fora da sala de aula.

A formação continuada, com foco em questões de gênero e diversidade sexual, é essencial para que possamos abordar esses temas com sensibilidade e eficácia. Além disso, a inclusão de projetos e ações no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas que visam o combate à homofobia é um passo necessário para assegurar que o enfrentamento ao *bullying* homofóbico seja tratado com a seriedade que merece.

No entanto, a luta contra o *bullying* homofóbico não pode ser uma tarefa isolada. Somente por meio de uma ação conjunta e articulada podemos construir um ambiente escolar mais justo, acolhedor e equitativo para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a importância do combate ao *bullying* homofóbico nas escolas. Ao longo do trabalho, foi enfatizado que a escola é um espaço fundamental para a formação cidadã e a promoção de valores de respeito e inclusão. No entanto, também foi demonstrado como o ambiente escolar pode ser palco de opressões e discriminações, refletindo as desigualdades presentes na sociedade. Diante disso, torna-se imperativo que educadores estejam preparados para identificar e intervir em situações de *bullying* homofóbico, utilizando uma abordagem que combine sensibilidade, conhecimento pedagógico e compromisso com a diversidade.

O estudo propõe que a educação libertadora, conforme defendida por teóricos como Paulo Freire, é uma ferramenta essencial na luta contra todas as formas de discriminação, incluindo a homofobia. A práxis educativa deve ser orientada não apenas pela transmissão de conhecimento, mas também pela transformação social, promovendo a conscientização crítica dos alunos sobre as injustiças e desigualdades que permeiam a sociedade. A criação de um ambiente escolar seguro e inclusivo, onde todos os alunos possam expressar sua identidade sem medo de represálias, é um objetivo que

só pode ser alcançado por meio de um esforço coletivo envolvendo toda a comunidade escolar.

Para estudos futuros, sugere-se a ampliação das investigações sobre as estratégias pedagógicas mais eficazes no combate ao *bullying* homofóbico, bem como o desenvolvimento de programas de formação continuada para educadores que abordem questões de gênero e diversidade sexual de maneira mais aprofundada. Além disso, seria relevante explorar o impacto de políticas públicas específicas voltadas para a inclusão de minorias sexuais no ambiente escolar, buscando compreender como essas políticas podem ser implementadas de forma eficaz em diferentes contextos educacionais.

Em conclusão, este ensaio configura-se como uma análise política da questão do *bullying* homofóbico nas escolas, destacando-o como um problema sério e urgente que requer uma abordagem multifacetada. Ao longo do texto, foram apresentadas estratégias para enfrentar e superar essas práticas discriminatórias, mas é crucial reconhecer que o compromisso com a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor é uma responsabilidade compartilhada. Somente por meio desse compromisso coletivo será possível promover uma educação verdadeiramente transformadora e libertadora, capaz de refletir e reforçar os valores de justiça social e respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Escolas são importantes no combate à LGBTfobia, defendem especialistas**. Brasília, 9 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/escolas-sao-importantes-no-combate-lgbtfobia-defendem-especialistas#:~:text=Menos%20espa%C3%A7o%20nas%20escolas&text=Em%202017%2C%20essa%20porcentagem%20chegou,combater%20esse%20tipo%20de%20preconceito.>, Acesso em: 9 de jul. 2024.

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Homofobia na escola**: relatos de universitários sobre as piores experiências Temas em Psicologia, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015.

BARROS, Joseli. Inclusão, educação, justiça. Diversidade, diferenças, respeito. Convivência, tolerância, paz. Palavras soltas que conectadas e incorporadas à nossa vida resultam num mundo melhor. Pensador. Disponível em: https://www.pensador.com/colecao/joseli_lacerda_motta_barros/>. Acesso em: 17 de fev. 2024.

BORRILLO, Danilo. **A homofobia**. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs.) **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009.

BRASIL. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BRAZ, Cleidson Frisso; GOMES, Antônio Carlos. As minorias sociais na escola e a luta por um espaço de discussão a partir do "jogo dos outros". In: JACINTHO, André Luiz Neves; SANTOS, Leonardo Bis; CARVALHO, Letícia Queiroz de (Orgs.). **O ensino de Letras e Humanidades em cena**: desafios e perspectivas na Educação Básica. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. A **categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido**: sentidos e implicações para a educação libertadora. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 98, p. 428-445, 2017.

DA SILVA, Breno Eustáquio et al. **O professor e seu papel na prevenção e combate à homofobia**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 3, p. e5899-e5899, 2024.

DOS SANTOS, Emina Márcia Nery; LIMA, Francisco Willams Campos; VALE, Cássio. **Decálogo da escola como espaço de proteção social:** consolidando a função social da escola como espaço democratizante. EccoS–Revista Científica, n. 54, p. 8338, 2020. (Não localizei o uso no corpo do texto contemplando esta referência).

FERREIRA, Diego Raone; OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de; HIGARASHI, Ieda Harumi. **"Eu não sei como eu tenho força pra vir na escola": manifestações e implicações do bullying entre adolescentes escolares**. Saúde e Sociedade, v. 33, p. e220692pt, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GONZAGA, Rafael. **Precisamos urgentemente debater educação anti-LGBTfóbica nas escolas**. Mídia Ninja, 4 jul. 2024. Disponível em: < https://midianinja.org/precisamos-urgentemente-debater-educacao-anti-lgbtfobica-nas-escolas/> Acesso em: 4 de julho. de 2024.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires et al. **Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola**: convite para uma reflexão. Temporalidades, v. 12, n. 1, p. 681-701, 2020.

MOTTA, Guilherme Carpes. **Gênero e sexualidade na escola: caminhos para uma educação libertadora**. Humanidades em Perspectivas, v. 2, n. 5, 2020.

NERY, João Walter; GASPODI, Icaro Bonamigo. **Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento**. Souza RM. Coletânea Diversa Diversidades, v. 1, p. 61-80, 2015.

POTEAT, V. Paul; ESPELAGE, Dorothy L. **Exploring the relation between bullying and homophobic verbal content**: The Homophobic Content Agent Target (HCAT) Scale. Violence and Victims, 20, 513-528.

SANTOS, Hugo; SILVA, Sofia; MENEZES, Isabel. **Para uma visão complexa do bullying homofóbico**: desocultando o quotidiano da homofobia nas escolas. Ex Aequo, Lisboa, n. 36, p. 117-132, dez. 2017.

SILVA, César Pereira; BARRETO, Elvira Simões. **Bullying homofóbico a partir da percepção dos/as professores/as da EJA de duas escolas de Arapiraca**. ***Bagoas-Estudos gays***: gêneros e sexualidades, v. 10, n. 14, 2016.